



Boletim da Rede de Mulheres Parlamentares das Américas

MARÇO 2012 - NOVEMBRO 2012

Notícias da Rede
Notícias da Presidenta
Temas de estudo 2011-2012
Contribuição dos membros



Diva Hadamira Gastélum

SENADORA DA CÂMARA DE SENADORES FEDERAL DO MÉXICO



Desde minha eleição como presidente da Rede em 2010, em Mar del Plata, tenho insistido em que a Rede deva concentrar seus esforços em torno de dois objetivos principais: a difusão dos conhecimentos sobre temas de estudo chave para conseguir um progresso na condição da mulher e a realização de atividades baseadas no posicionamento estratégico da Rede.


Estou muito orgulhosa de entregar-lhes, através deste boletim, a prestação de contas das atividades deste último ano onde temos trabalhado arduamente para concretar o progresso da Rede, resultados tangíveis e sua consolidação.

Quanto às temáticas de estudo, as relatoras têm levado a cabo um trabalho importante sobre «a participação política da mulher», «a pobreza, a equidade salarial e a autonomização econômica da mulher» e «a água, o meio ambiente e a condição da mulher». Assim mesmo, cabe mencionar as contribuições de parlamentares que temos recebido para a edição de nosso boletim da Rede. Graças ao apoio do Congresso Mexicano, esta Presidência publicou em vários idiomas trabalhos que assentaram um precedente na Rede, como o são os livros Mulheres das Américas e Mulheres e movimentos armados nas Américas, que revivem a história da participação da mulher na consolidação democrática das Américas. Finalmente, nessa mesma direção de ações tangíveis, realizamos a elaboração do mapa de direito comparado que descreve as diferentes leis ditadas para penalizar a violência contra as mulheres no continente.

Por outra parte, nos empenhamos em dar a conhecer as atividades da Rede nas Américas e no âmbito internacional. Tive a honra de representá-la na Turquia durante a Cúpula Global de Mulheres em 2011 e na Sérvia durante um encontro de expertos sobre direitos humanos da ONU em 2012, que culminaria com a adoção de novos princípios para a ONU. Assim mesmo, a Rede tem forjado vínculos com organizações como Iknow politics (International Knowledge Network of Women in Politics), ONU Mulheres e, desde logo, com a Comissão Interamericana de Mulheres (CIM) da OEA. A este respeito, em julho de 2012, participamos no Segundo Foro Hemisférico da CIM, em Santo Domingo, que se denominou «Cidadania plena das mulheres para a democracia». Graças a este foro, temos podido materializar uma relação de colaboração com a CIM - instância

CONTÉUDO


Presidência	1
Notícias da Rede	3
Notíciis da Presidenta	8
Temas de estudo	12
Contribuição dos membros	15



importantíssima do sistema interamericano - baseada no fortalecimento das capacidades das comissões parlamentares que abordam a igualdade de gênero. Este evento permitiu-nos, ademais, apresentar a Rede a mais de 200 participantes provenientes de uns vinte países.

Este resultado sumamente positivo não teria sido possível sem sua colaboração. Em especial quero agradecer às integrantes do Comitê executivo da Rede por seu respaldo, seu trabalho e sua dedicação. Assim mesmo, agradeço a todas as parlamentares que, através de seu apoio e de sua presença, têm contribuído à continuidade da Rede e a seu fortalecimento.

Seguiremos trabalhando para que a Rede conserve este mesmo impulso, convertendo-se em um foro a cada vez mais importante para as mulheres parlamentares das Américas e servindo de ferramenta e de respaldo fundamental em suas funções como representantes de seus povos.



NOTÍCIAS DA REDE

X REUNIÃO ANUAL DA REDE, QUÉBEC, CANADÁ, 6 DE SETEMBRO DE 2011



A X Reunião anual da Rede levou-se a cabo em 6 de setembro de 2011 na presença de umas cinquenta participantes. O tema principal da reunião era: "Compromisso das mulheres para um futuro melhor: pobreza, água e desenvolvimento sustentável". Este tema incluía as duas temáticas de estudo que fazem parte do plano de trabalho da Rede, correspondente ao período 2010-2012. Duas oradoras tomaram a palavra para iniciar o debate sobre esta questão: a Sra. Almas Jiwani, presidenta do Comitê Nacional da ONU Mulheres-Canadá e a Sra. Angélica Da Peña, consultora em direitos da mulher e da infância, do México.



Posteriormente, realizamos um intercâmbio de opiniões e de perguntas entre as conferencistas e as participantes, sobre os diferentes aspectos que surgiram sobre o tema, entre eles, a

feminização da pobreza, o problema da privatização dos recursos hídricos, a representação política da mulher e a função que as mulheres (e, em especial, as mulheres parlamentares) podem desempenhar para melhorar a condição da mulher.

Após o debate, sua servidora apresentou às participantes a convidada especial desta reunião, a Sra. Rocío García Gaytán, presidenta da Comissão Interamericana de Mulheres (CIM) da Organização dos Estados Americanos. A Sra. García Gaytán expôs os trabalhos de sua comissão e propôs o desenvolvimento de uma colaboração entre a Rede e a CIM.

O Presidente da COPA e presidente da Assembléia nacional de Québec, o Sr. Jacques Chagnon, veio dar as boas-vindas às participantes desta importante reunião em Québec.

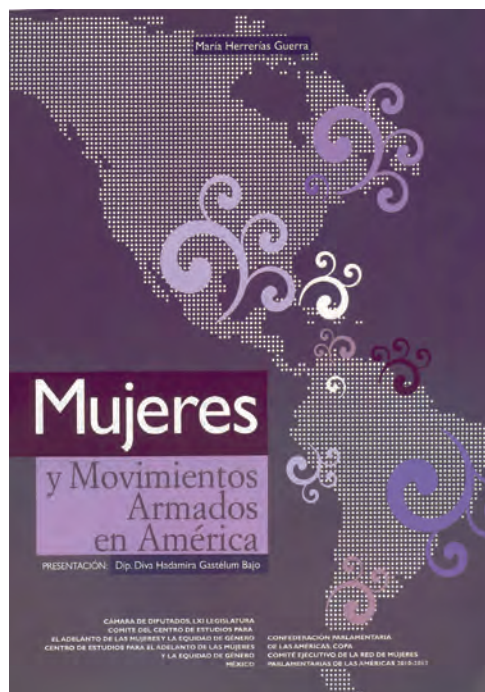


A Deputada da Assembléia Nacional de Québec e relatora da Rede sobre o tema da participação política da mulher, a Sra. Monique Richard, apresentou as principais conclusões sobre o estudo deste tema que a Rede levou a cabo durante os dois últimos anos.

Apresentaram-se os projetos de resolução sobre «a participação política da mulher» e «o compromisso da mulher para um futuro melhor: água, pobreza e desenvolvimento sustentável». Algumas modificações foram propostas e aceitas pelas participantes e as duas resoluções foram adotadas.

Finalmente, apresentei o livro de investigação no que trabalhamos no ano passado, intitulado “Mulheres e movimentos armados nas Américas”. Agradeço especialmente ao Centro de estudos para o progresso das mulheres e a equidade de gênero do México e a seu Comitê parlamentar, bem como ao Congresso Mexicano, que ofereceram um apoio fundamental para poder concretizar este trabalho de investigação. É um precedente importante para a Rede, e portanto para a COPA, contar com bibliografia própria na matéria e elementos de análise com respeito aos êxitos e contribuições das mulheres ao longo da história de nosso continente, a fim de que visualize-se em nossas

sociedades. Adiantei que se entregaria um novo trabalho de investigação chamado “Mulheres das Américas” em nossa próxima reunião da COPA e a Rede.



REUNIÃO DO COMITÊ EXECUTIVO DA REDE, SAN JOSÉ, COSTA RICA, 16 DE MARÇO DE 2012



A Reunião do Comitê executivo da Rede teve lugar em 16 de março de 2012, em San José, Costa Rica.

As seguintes integrantes do Comitê Executivo estavam presentes na reunião: Deputada Diva Hadamira Gastélum, Presidenta da Rede, Senadora Norma Esparza Herrera, representante da América do Norte, Deputada Mireya Zamora Alvarado, representante da América Central, Deputada Monique Richard, representante da Assembleia fundadora e da Secretária da Rede e Deputada Alicia Gutiérrez, representante de uma organização interparlamentaria.

Al



No princípio da reunião, as integrantes aprovaram a lista das 13 observadoras que assistiram à reunião.

A Presidenta apresentou os projetos de colaboração entre a Rede e a Comissão interamericana de Mulheres (CIM) da OEA que implicam:

- A participação da Rede ao segundo Foro hemisférico da CIM "Cidadania plena das mulheres para a democracia" e a organização de um painel para este evento.
- A realização de um dia de consulta com as presidentas das Comissões parlamentares da Mulher das Américas e outras parlamentares no marco de um projeto de colaboração mais amplo sobre o fortalecimento das capacidades destas comissões.

As integrantes da Rede aprovaram a participação da Rede a estes dois projetos. Como primeira etapa da preparação a estes projetos, a Presidenta animou uma discussão entre as participantes sobre as perguntas que a CIM tinha enviado para fazer uma consulta preliminar sobre as comissões parlamentares de mulher. Várias parlamentares tomaram a palavra para apresentar a situação em seu país.

As relatoras para os dois temas de trabalho da Rede para o período 2011-2012: "Pobreza, equidade salarial e empoderamento econômico da mulher" e "Água, médio ambiente e condição feminina" vistoriaram de suas primeiras constatações sobre os temas e falaram da situação em seu país respectivo. As relatoras convidaram as participantes da Rede a enviar suas ideias e comentários sobre os temas à secretaria da Rede para que sejam tomados em conta durante a redação dos informes finais.

A reunião do Comitê executivo permitiu também revisar e aprovar o projeto de ordem do dia para a próxima Reunião anual e as integrantes decidiram que o tema geral ia ser "Mulheres parlamentares das Américas em defesa dos direitos humanos".



A Presidenta apresentou dois documentos produzidos pelo Congresso do México pelo benefício da Rede: o livro "Mulheres das Américas" que apresenta vários exemplos de mulheres de todas as Américas que lutaram para que os direitos das mulheres fossem respeitados e iguais aos homens, e um mapa de direito comparado que analisa os

conteúdos das leis federais dos países das Américas a favor de um acesso à justiça e uma vida livre de violência para as mulheres.

Finalmente, a Deputada da Assembléia nacional de Québec e representante da Secretaria da Rede, Monique Richard, apresentou às participantes um projeto de moção para comemorar no dia internacional da Mulher. O texto da moção foi aprovado sem modificação e foi enviado ao Comitê executivo da COPA para que seja aprovado por esta instância no dia seguinte.



PARTICIPAÇÃO DA PRESIDENTA E DE REPRESENTANTES DA REDE AO II FORO HEMISFÉRICO DA COMISSÃO INTERAMERICANA DE MULHERES (CIM) DA OEA E À CONSULTA A MULHERES PARLAMENTARES DAS AMÉRICAS EM SANTO DOMINGO, REPÚBLICA DOMINICANA, 18 A 21 DE JULHO DE 2012

Dando seguimento à aprovação pelas integrantes da Rede dos dois projetos de colaboração entre a Rede e a Comissão interamericana de Mulheres (CIM) da OEA, intercâmbios foram estabelecidos para organizar de maneira conjunta atividades previstas no programa do II Foro Hemisférico da CIM que se levou a cabo de 18 a 21 de julho 2012 em República Dominicana.

O II Foro Hemisférico "Cidadania das mulheres para a democracia" é um evento de alto nível

que reuniu representantes dos poderes executivo, legislativo, judicial de todos os níveis governamentais das Américas, das organizações internacionais de mulheres, do nível acadêmico e da sociedade civil, com o objetivo de identificar e debater sobre as reformas políticas e do Estado necessárias para acelerar o exercício da cidadania plena das mulheres nas Américas, estimulando visões plurais, sinergias e ações conjuntas.



No marco do Foro, a Rede de mulheres parlamentares foi convidada pela Comissão a animar um painel sobre o tema “Situação e perspectivas atuais das reformas do legislativo para a igualdade real”. Moderado pela Presidenta Diva Gastélum, este painel permitiu a representantes da Rede de mulheres, a Senadora Norma Espalhe Herrera de México, a Deputada Mireya Zamora de Costa Rica, a Deputada Alicia Gutiérrez da Província de Santa Fé na Argentina e a Deputada Danielle Doyer, representante da Secretaria da Rede da Assembléia Nacional de Quebec, apresentar leis e boas práticas para a igualdade de gênero em suas assembléias respectivas.

À margem do Foro, a Rede organizou em colaboração com a CIM e a Comissão de

Assuntos de Equidade de Gênero da Câmara de Deputados de República Dominicana, uma Consulta com mulheres parlamentares das Américas, com o objetivo principal de desenvolver uma iniciativa hemisférica para o fortalecimento da capacidade de incidência e de fiscalização das Comissões e bancadas parlamentares para a igualdade de gênero. Esta Consulta levou-se a cabo em 18 de julho e participaram a esta atividade as presidentas das Comissões para a igualdade de gênero dos legislativos dos 34 Estados membros ativos da OEA, bem como outras parlamentares interessadas no avanço dos direitos das mulheres. No marco deste evento, a Presidenta animou um debate sobre os legislativos e a agenda pela igualdade entre mulheres e homens.

Este foro de alto nível permitiu consolidar os laços entre a Rede e a Comissão Interamericana das Mulheres (CIM) e identificar as próximas etapas de colaboração possíveis entre nossas organizações. Finalmente, este importante evento permitiu à Presidenta promover as atividades da Rede de mulheres parlamentares das Américas dirigindo aos representantes políticos de vários Estados das Américas e Organizações internacionais para entrar em contato e planificar colaborações futuras.



NOTÍCIAS DA PRESIDENTA

▶ PARTICIPAÇÃO DA PRESIDENTA DA REDE À REUNIÃO DA COMISSÃO DE SAÚDE E PROTEÇÃO SOCIAL DA COPA E LANÇAMENTO DO LIVRO “MULHERES DAS AMÉRICAS” EM HAVANA, CUBA, 27 E 28 DE OUTUBRO DE 2011



A Presidenta da Rede participou à reunião da Comissão de Saúde e Proteção social da COPA que se levou a cabo em Havana, Cuba, em 27 e 28 de outubro de 2011. A título de representante da Rede, a Presidenta pode

participar nos debates sobre os temas de estudo da Comissão que se escreviam em linha direta com questões relativas à condição feminina, como a saúde materna e a assistência às pessoas menos capacitadas

Ao finalizar a primeira jornada de trabalho, a presidenta da Rede tomou a palavra para proceder ao lançamento do livro redigido abaixo sua égide e titulado Mulheres das Américas”. No marco deste lançamento, a presidenta fomentou um breve intercâmbio entre os participantes respecto dos desafios da condição da mulher nas Américas.

▶ PARTICIPAÇÃO DA PRESIDENTA NO SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE ESPECIALISTAS NAS RELAÇÕES ENTRE AS INSTITUIÇÕES NACIONAIS DE DIREITOS HUMANOS E OS PARLAMENTOS, CELEBRADO EM BELGRADO, SÉRVIA, DO 21 AO 23 DE FEVEREIRO DE 2012

O Escritório do Alto Comissariado para os Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas (ONU) e o Parlamento da Sérvia, convidaram-me a participar no Seminário Internacional de Especialistas nas relações entre as Instituições nacionais de direitos humanos e os parlamentos.

Dito seminário teve a finalidade de produzir um conjunto de princípios para a ONU e que ademais incluíram recomendações para a



frutífera relação entre as instituições mencionadas e os parlamentos na proteção dos direitos humanos e a prestação de contas. Cabe assinalar que a este seminário só assistimos 50 especialistas do mundo e por parte do continente americano participamos esta servidora e um parlamentar do Equador.



A PRESIDENTA DA REDE REÚNE-SE COM OBSERVADORES ELEITORAIS DA COPA, MEXICO, 28 DE JUNHO DE 2012



Em preparação da jornada eleitoral do 1 de julho 2012, a Presidenta da Rede participou em uma reunião de trabalho com observadores eleitorais da missão de observação eleitoral da COPA, em 28 de junho, na sede do Senado da República do México.

Segundo a Senadora Diva Gastélum, “os observadores eleitorais darão depoimento, ante os eleitores e comunidade internacional, do desenvolvimento do processo eleitoral e certificarão sua legalidade através de sua participação”. Mais de 25 legisladores de diferentes países do continente americano

observarão e vigiarão o desenvolvimento da jornada eleitoral a fim de verificar que se cumpra com o Código Federal de Instituições e Procedimentos Eleitorais (Cofipe). Na reunião denominada Missão de Observação Eleitoral da COPA participaram legisladores da Argentina, Québec, Costa Rica, Equador, Uruguai e Venezuela.

A Presidenta destacou que nesta eleição, a quota de gênero conseguiu se consolidar, já que pela primeira vez postularam 120 candidatas a deputadas federais e 26 ao Senado da República, pelo que o Congresso da União mexicana estará bem representado pelo gênero feminino.

Nesta jornada eleitoral serão eleitos 2127 cargos de eleição popular, entre deputados federais, senadores, governadores, chefes de governo, deputados locais, chefes delegacionais, prefeituras e juntas municipais. Os observadores emitirão seu relatório final de observação na próxima Assembléia Geral da Confederação Parlamentar das Américas (COPA).



COMEMORAÇÃO DO AVANÇO DOS DIREITOS POLÍTICOS DAS MULHERES NO MÉXICO, 17 DE OUTUBRO DE 2012

Em 17 de Outubro de 2012, no dia de comemoração do progresso dos direitos políticos das mulheres no México, a presidente da Rede compartilhou com os membros do Comitê Executivo, e no site da Rede, um quadro que faz a comparação entre os Estados das

Américas respeito à obtenção do ano de voto para as mulheres e os dados de leis de cotas.

Os membros do Comitê Executivo da Rede foram convidados a difundir este quadro no seu respectivo parlamento.

PAÍS	AÑO EN QUE SE OBTUVO EL VOTO FEMENINO	¿EXISTE CUOTA DE GENERO?	PORCENTAJE DE CUOTA	PRINCIPIO DE PARIDAD
Antigua y Barbuda	1951	-	-	-
Argentina	1947	Constitucional/Ley Electoral	30%	-
Bahamas	1962	-	-	-
Barbados	1950	-	-	-
Belice	1961	-	-	-
Bolivia	1952	Ley Electoral	30% Local 33% Cámara Baja 25% Cámara Alta	-
Brasil	1932	Ley Electoral	30%	-
Canadá	1918	Voluntaria a Nivel Partido	NDP 50% LPC 25%	-
Chile	1949	Voluntaria a Nivel Partido	PPD: 60-40% PS: 60-40% PDC: 20%	-
Colombia	1957	Ley Electoral	30%	-
Costa Rica	1949	Ley Electoral	40%	Si
Cuba	1934	-	-	-
Dominica	1951	-	-	-
Ecuador	1929	Ley Electoral	30% Local	Si
El Salvador	1939*	Voluntaria a Nivel Partido	FMLN 35%	-
Grenada	1951	-	-	-
Guatemala	1945*	Voluntaria a Nivel Partido	UNE 40% URNG 30%	-
Guyana	1952	-	-	-
Haití	1950	Constitucional	-	-
Honduras	1955	Ley Electoral	30%	-
Jamaica	1944	-	-	-
México	1953	Ley Electoral	60-40%	Si
Nicaragua	1955	Voluntarias a Nivel Partido	FSTN 30% FIC 40% MRS 40%	-
Panamá	1945	Ley Electoral	30%	-
Paraguay	1961	Ley Electoral/ Voluntarias a Nivel Partido	No menos del 20%	-
Perú	1955	Ley Electoral	30%	30%
República Dominicana	1942	Ley Electoral	33% Federal excepto Senado 50% Local	33% Federal excepto Senado 50% Local
San Kitts y Nevis	1952	-	-	-
Santa Lucía	1951	-	-	-
San Vicente y las Grenadinas	1951	-	-	-
Suriname	1948	-	-	-
Trinidad y Tobago	1945	-	-	-
Estados Unidos	1920	-	-	-
Uruguay	1932	Ley Electoral**	33%	Si
Venezuela	1947	-	-	-

Fuente: IDEA Internacional, Universidad de Estocolmo y la Unión Interparlamentaria. *Projecto de Cuotas base de datos global para mujeres?, <http://www.quotaproject.org/> *Parcial.
**Reforma en vigor hasta 2014.

CONCLUSÃO DE PRESIDENTA



Estas atividades resumem o último ano de meu trabalho como Presidenta da Rede de mulheres da COPA e são um reflexo das prioridades sobre as quais temos trabalhado durante o ano passado como integrantes do Comitê executivo.

Os resultados que aqui se expõem são um grande avanço para a consolidação da Rede de Mulheres Parlamentares. Apesar dos desafios orçamentários para levar ao nível seguinte a projeção da Rede, podemos estar

orgulhosas dos esforços que temos cumprido, quer sejam através do trabalho das relatoras da Rede, o Boletim da Rede ou a colaboração da Rede com outras organizações internacionais.

Ainda que o caminho adiante ainda este semeado de desafios, juntas temos contribuído a fortalecer a Rede de mulheres das Américas, nosso espaço de colaboração e de trabalho para melhorar os direitos das mulheres das Américas.

TEMAS DE ESTUDO



BIBLIOGRAFIA SELETIVA :

ÁGUA, MEIO AMBIENTE E ESTATUTO DAS MULHERES

ENERGIA: International Network on Gender and Sustainable Energy. <http://www.energia.org/> (english)

Alianza de Género y Agua (GWA).
<http://www.pt.genderandwater.org/page/671.html> (português)

WECF: Women in Europe for a Common Future.
<http://www.wecf.org/> (english)

WEDO: Women's Environment and Development Organization.
<http://www.wedo.org/> (english)

Women's Environmental Network.
<http://www.wen.org.uk/> (english)

UNICEF: Agua, saneamiento e higiene. <http://www.unicef.org/spanish/wash/index.html> (español)

International Union for Conservation of Nature (IUCN). **Généro y medio ambiente.**
[Consultado el 31 de julio 2012].
<http://www.generoyambiente.org/index.php?lang=es> (español)

United Nations Development Program (UNDP). **Powerful Synergies: Gender Equality, Economic Development and Environmental Sustainability.** September 2012.
<http://www.undp.org/content/undp/en/home/librarypage/womens-empowerment/powerful-synergies/> (english)

Nelleman, Christian; Verma, Ritu; Hislop, Lawrence; Organisation des Nations Unies. Programme des Nations Unies pour l'environnement (PNUE), **Women at the frontline of climate change - Gender risks and hopes.** Arendal, Norvège: UNEP, 2011. 66 p.
http://www.unep.org/pdf/rra_gender_screen.pdf (english)

Organización de las Naciones Unidas. **Programa de las Naciones Unidas para el desarrollo.** <http://www.undp.org/content/undp/es/home/> (spanish)

Organisation des Nations Unies pour l'Éducation, la Science et la Culture (UNESCO). **Chaire UNESCO Eau, Femmes et Développement.**
<http://www.unesco.org/fr/unitwin/access-by-region/latin-america-and-the-caribbean/brazil/chaire-unesco-eau-femmes-et-developpement-753/> (français)

Organización de las Naciones Unidas. Programa de las Naciones Unidas para el Ambiente, **La Mujer y el Medio Ambiente**. Nairobi, Kenya: PNUME, 2004. 144 p.
<http://www.unep.org/Documents.Multilingual/Default.asp?DocumentID=428&ArticleID=4743&l=en>
 (español)

Table ronde nationale sur l'environnement et l'économie (Canada), **Cap sur l'eau : l'utilisation durable de l'eau par les secteurs des ressources naturelles du Canada**. Ottawa: Table ronde nationale sur l'environnement et l'économie, 2011. 160 p.
http://www.bibliotheque.assnat.qc.ca/DepotNumerique_v2/AffichageNotice.aspx?idn=24452
 (français)

UN-Water. **Gender and Water: Resources for Policy Makers**.
<http://www.unwater.org/policygender.html> (english)



BIBLIOGRAFÍA SELETIVA:

POBREZA, A IGUALDADE DE REMUNERAÇÃO E EMPODERAMENTO DAS MULHERES

Comisión económica para América latina y el Caribe (CEPAL). **Estadísticas de América latina y el Caribe**.
<http://www.eclac.cl/cgi-bin/getProd.asp?xml=/mujer/noticias/paginas/3/29273/P29273.xml&xsl=/mujer/tpl/p18f-st.xsl&base=/mujer/tpl/top-bottom-estadistica.xsl> (español, english)

Comisión económica para América latina y el Caribe (CEPAL). **Observatório da igualdade de gênero de América latina e Caribe**.
<http://www.eclac.cl/oig/default.asp?idioma=PR> (portugués)

Comisión económica para América latina y el Caribe (CEPAL). **Statistical Yearbook for Latin America and the Caribbean**, 2011.
http://websie.eclac.cl/anuario_estadistico/anuario_2011/ing/content_en.asp (español)

El Banco mundial. **Indicadores**. <http://datos.bancomundial.org/indicador> (español, português)

El Banco mundial. **Igualdad de género**.
<http://web.worldbank.org/WBSITE/EXTERNAL/BANCOMUNDIAL/NEWSSPANH/0,,contentMDK:20549940~pagePK:64257043~piPK:437376~theSitePK:1074568,00.html>
 (español)

The World Bank. **Gender in the Latin American and Caribbean region**.
<http://web.worldbank.org/WBSITE/EXTERNAL/COUNTRIES/LACEXT/EXTLACREGTOPPOVANA/0,,contentMDK:23113869~pagePK:34004173~piPK:34003707~theSitePK:841175,00.html> (english)

The World Bank. **Development Report 2012: Gender Equality and Development.**

<http://econ.worldbank.org/WBSITE/EXTERNAL/EXTDEC/EXTRESEARCH/EXTWDRS/EXTWDR2012/0,,contentMDK:22999750~menuPK:8154981~pagePK:64167689~piPK:64167673~theSitePK:7778063,00.html> (english, resumen en español y português)

El Banco mundial. **La economía de género en México: familia, trabajo, Estado y mercado.**

<http://web.worldbank.org/WBSITE/EXTERNAL/COUNTRIES/LACEXT/EXTLACREGTOPPOVANA/0,,contentMDK:20404060~pagePK:34004173~piPK:34003707~theSitePK:841175~isCURL:Y~isCURL:Y,00.html> (english, español)

International Labour Office. **Women in labour Market : measuring progress and identifying challenges.** Geneve, 2010.

http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/@ed_emp/@emp_elm/@trends/documents/publication/wcms_123835.pdf (english)

Programa de Naciones Unidas de Desarrollo (PNUD). **PNUD: América latina Genera: gestión del conocimiento para la igualdad de género.**

http://www.americalatinagenera.org/es/index.php?option=com_content&view=article&id=1127&Itemid=318 (español)

ONU Mujeres. **Comisión de la Condición Jurídica y Social de la Mujer 2012.**

<http://www.unwomen.org/es/how-we-work/csw/csw-56/> (español)

Organización internacional del trabajo. **Igualdad de género y trabajo decente - Convenios y recomendaciones claves para la igualdad de género,** 2012.

http://www.ilo.org/global/standards/information-resources-and-publications/publications/WCMS_088160/lang-es/index.htm (español, english, français)

Presupuesto y genero en América latina y el Caribe.

<http://www.presupuestoygenero.net/> (español, français, english)

Programa de Naciones Unidas de Desarrollo (PNUD), **Empoderamiento de la mujer.**

<http://www.undp.org/content/undp/es/home/ourwork/womenempowerment/overview/> (español, english, français)

Unesco Institute for Statistics. **World Atlas of Gender Equality in Education.**

<http://www.uis.unesco.org/education/pages/unesco-gender-atlas-2012.aspx?SPSLanguage=EN> (english)

United Nations. **The Millenium Development Goal Report 2011.**

[http://www.un.org/millenniumgoals/pdf/\(2011_E\)%20MDG%20Report%202011_Book%20LR.pdf](http://www.un.org/millenniumgoals/pdf/(2011_E)%20MDG%20Report%202011_Book%20LR.pdf) (english)

United Nations Development Program (UNDP). **Empoderando a las mujeres para el fortalecimiento de los partidos políticos: una guía de buenas prácticas para promover la participación política de las mujeres,** febrero 2012.

<http://www.undp.org/content/dam/undp/library/gender/gender%20and%20governance/Political%20Parties%20Guide%20Spanish.pdf> (español)

CONTRIBUIÇÃO DOS MEMBROS



GLORIA BIDEGAIN

DEPUTADA NACIONAL DA H. CÂMARA DE DEPUTADOS DA NAÇÃO ARGENTINA

A VIOLÊNCIA DE GÊNERO E AVANÇOS NA REPÚBLICA ARGENTINA

A violência contra as mulheres é um flagelo na história da humanidade e está presente em quase todas as culturas e países, somado à discriminação e falta de reconhecimento de seus direitos. Isto se deve à existência de premissas culturais que avalizam a subordinação feminina e justificam a imposição da autoridade do varão, ainda mediante o uso da força.

Estas ações coativas sobre as mulheres podem ser observadas nos diferentes âmbitos da sociedade: cultural, gremial, político, econômico, trabalhista e especialmente no familiar. Bem como a família recebe a violência social que a rodeia, também forma e emite condutas violentas que serão trasladadas a todo o tecido social.

Em nossa Região, a Assembleia da OEA aprovou em 1994 a "Convenção Interamericana para prevenir, penalizar e erradicar a Violência contra as mulheres" conhecida como "Convenção de Belém do Pará", primeiro instrumento regional que reconhece à violência contra a mulher como uma violação dos direitos humanos.

Este documento consagrou o "direito das mulheres a ter uma vida livre de violência, tanto no âmbito público como no privado, e a ser

educadas livres de padrões estereotipados e comportamentos e práticas sociais e culturais baseadas na inferioridade e subordinação".

Os avanços realizados têm construído o novo conceito de Violência de Gênero. O fator de risco ou de vulnerabilidade em matéria de violação de direitos, de discriminação e de abuso, é pelo só feito de ser mulher.

Em muitos países de nossa Região, com a recuperação e o aprofundamento da democracia dos últimos anos, vemos uma maior participação social e política das mulheres e suas organizações, incrementando-se sua incorporação aos poderes executivos e legislativos nacionais e provinciais.

Na República Argentina, a legislação referida à violência de Gênero constituiu-se em um tema prioritário para garantir a vigência dos direitos humanos, a não discriminação e o efetivo exercício de uma cidadania plena por parte das mulheres.

O Governo Nacional sancionou, em 2008, a Lei 26.485 de "Proteção Integral para Prevenir, Sancionar e Erradicar a Violência contra as Mulheres nos âmbitos em que se desenvolvam

suas relações pessoais", a fim de garantir às mulheres uma vida livre de violência tanto no âmbito privado como no público. A lei contextualiza a violência contra as mulheres na defesa dos direitos humanos e inclui-a como parte das políticas públicas integrais com enfoque de gênero, dimensionando a situação jurídica, política, social e cultural das mulheres e o conhecimento e reconhecimento de seus direitos cidadãos.

A Lei é de aplicação obrigatória em todo o país e implica:

- Desenvolver redes institucionais e sociais a nível nacional, provincial e municipal
- Criar políticas de difusão, sensibilização e conscientização
- Assistir integral, gratuita e imediatamente às mulheres vítimas de violência
- Capacitar agentes e profissionais vinculados à temática
- Disponibilizar os recursos econômicos.
- Gerar um Plano Nacional de coordenação interinstitucional
- Monitorar e avaliar o cumprimento das disposições da lei
- Sistematizar a informação sobre violência contra as mulheres

- Aceder à justiça, reconhecendo os direitos e garantias mínimas dos procedimentos judiciais e administrativos.

Não quero terminar sem me referir ao feminicídio. É a expressão mais extrema da violência contra as mulheres. Considera-se que aproximadamente 75 % destes delitos ficam impunes.

Atualmente no Congresso da Argentina, apresentaram-se dois projetos de lei a respeito. Inicia-se um debate entre quem pensam que deve se sancionar como um delito diferente e quem consideram que estão compreendidos pelo agravamento pelo vínculo. Será necessário estabelecer marcos legais adequados e que facilitem o acesso à justiça, com uma proteção judicial adequada e um enfoque de gênero na consideração de cada caso. Assim mesmo, a criação de mecanismos de controle e seguimento - por parte das autoridades correspondentes e a sociedade civil- da atuação e do processo judicial.



ILEANA BRENES JIMÉNEZ

DEPUTADA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA COSTA RICA

A POBREZA FEMININA

A “realidade” da pobreza desde o ponto de vista feminino é qualitativa e quantitativamente diferente à pobreza masculina. A pobreza em geral está relacionada com a insatisfação das necessidades básicas de subsistência. A pobreza feminina compreende, ademais, a privação social de autonomia, respeito, apoio familiar e comunal, impossibilidade de sustentar as necessidades de crescimento pessoal, o lazer criativo e a participação social.

Assim é na Costa Rica e assim é na grande maioria de países do mundo, onde a diferença de gênero persiste, onde as desigualdades patrimoniais e legais estão ainda marcadas pela tradição.

Os componentes econômicos da pobreza devem avaliar-se corretamente, mas a valoração das causas e as medidas a tomar para diminuí-la, não serão corretas senão se visualizam os restantes fatores.

Demonstrou-se que a desigualdade de gênero é um obstáculo para enfrentar e erradicar a pobreza, sobretudo em sociedades onde a cada dia aumenta a proporção de lares monoparentais de chefia feminina.

No caso das mulheres, a pobreza é um produto não só da desigual distribuição dos rendimentos, senão um produto da subordinação na que vive.

A divisão sexual tradicional do trabalho e a inviabilização do trabalho não remunerado que as mulheres contribuem à família e à sociedade incidem na discriminação de oportunidades que vivem as mulheres.

Na atualidade na Costa Rica temos uma força trabalhista feminina muito dinâmica e educada, o que não necessariamente tem significado vantagens na inserção trabalhista das mulheres. Não há uma ocupação proporcional em todas as áreas produtivas. Os homens ocupados ganham em média 23% mais que as mulheres, que em sua maioria se empregam no serviço doméstico, no comércio, no ensino, onde a diferença salarial pode chegar a 30%.

O quê requerem as mulheres para empoderar-se economicamente?

Requerem a criação de emprego de qualidade que permita à mulher educada o acesso a melhores postos de trabalho, tanto desde o ponto de vista salarial como no que se refere a

prestações e oportunidades trabalhistas para ela e sua família. São valiosos os benefícios de um trabalho por metas ou mediante trabalho à distância para uma mulher chefe de lar.

As mulheres, sobretudo as de menor capacidade econômica, requerem o reconhecimento de que o cuidado dos e das crianças e dos adultos idosos é uma responsabilidade que devem exercer conjuntamente com a família, com o Estado e com o setor empresarial, mediante a criação de facilidades de cuidado institucionais,

comunitárias ou empresariais, cuja confiabilidade e profissionalismo lhes permita assumir com tranquilidade labores fora do lar.

Não poderão empoderar-se as mulheres que não atinjam a autonomia física e econômica. Essa autonomia se atingirá com um sistema normativo e uma política social que reconheça as desigualdades e que ofereça medidas afirmativas para combatê-las.



NORMA ESPARZA HERRERA

SENADORA DA CÂMARA FEDERAL DE SENADORES DO MÉXICO (2006-2012)

REPRESENTANTE PARA AMÉRICA DO NORTE DA REDE DE MULHERES PARLAMENTARES DA COPA

A EQUIDADE DE GÊNERO NAS CÂMARAS DE REPRESENTAÇÃO POPULAR

A Confederação Parlamentar das Américas reconhece como eixo central de sua atuação, a consolidação das democracias nas nações americanas.

Os parlamentares do Congresso da União dos Estados Unidos Mexicanos, cuja representação durante estes seis anos de intenso trabalho legislativo me honrou, comprometemos com a ocupação legislativa, precisamente com a constante busca pela consolidação da democracia, para o caso que hoje nos ocupa, a equidade de gênero nas Câmaras de representação popular, nos diversos Estados do Continente Americano.

Sem abundar em óbvio de tempo, sobre as múltiplas causas de inequidade de gênero, hoje quero referir-me particularmente a um assunto que por sua alta sensibilidade, compromete o dever de todas e todos os parlamentares. Refiro-me sem dúvida à disparidade de gênero observada no seio dos corpos legislativos.

A ninguém escapa que a integração das Câmaras legislativas, -em todo mundo- mas particularmente no Continente Americano, resulta predominantemente masculina. Não pretendo desmerecer os lucros obtidos

pelas mulheres no exercício de funções de representação pública, mas sim - desde depois - fazer um chamado às e os legisladores que obtiverem, para regular a chegada e, sobretudo, a permanência das mulheres a postos de eleição popular.

É responsabilidade de todos no encargo que o povo legitimamente nos tem conferido, reflexionar a respeito dos reptos que ficam pendentes na constante luta por atingir a equidade de gênero – insisto - para o caso, na representação ante os Congressos legislativos.

Atualmente, a luta das mulheres por participar em um mundo majoritariamente governado por homens, parece alheia e distante, no entanto, é uma realidade, que as mulheres seguimos lutando pela representação em espaços políticos.

É inconcusso que a representação política, por mulheres, legisladoras no marco de equidade, como o marca a Constituição e a Lei eleitoral no caso de México, se traduz como em outras latitudes em letra morrida ante a evidente ausência de legisladoras ante o Congresso Geral.

Conquanto seja verdadeiro que o marco legal prescreve pontualmente o acesso das mulheres aos espaços de representação popular, também o é a ingente necessidade de regular sua permanência com cadeados normativos que garantam a presença das mulheres nas Assembleias Legislativas, através de cadeados que reflitam a permanência em caso de suplência, pelo mesmo gênero.

Não nos é alheia a mecânica de, no marco da Lei, cobrir a denominada “quota de gênero” e uma vez rendida o protesto conducente, “renunciar” aos quadros femininos, em pro de uma representação de homens.

Regular por discriminação positiva não é o procedimento idóneo, no entanto, é necessário, não está longe o momento em que a inércia democrática faça desnecessária esta blindagem.

O anterior através da regulação normativa da suplência de mulheres por mulheres, no caso de fórmulas eleitorais para legisladores aos Congressos legislativos.

No México, as legisladoras de diversos partidos políticos pronunciamos-nos tanto na Câmara Baixa, como desde a tribuna da Câmara de Senadores, por abater a vulneração das mulheres que legitimamente têm obtido a representação popular através do voto cidadão.

Há que dizer que seguramente chegará no dia em que o estabelecimento de cadeados, blindagens e quotas de gênero seja desnecessário, mas hoje, e ante os fenômenos observados em general, se faz evidente legislar o conducente, dar consistência ao referente legal de equidade em matéria de representação popular, reforçar a quota de gênero, garantindo a permanência das legisladoras eleitas a postos de representação, por mérito da superação de vícios e preconceitos ancestrais.



ALICIA V. GUTIÉRREZ

**DEPUTADA DE LA CÁMARA DE DEPUTADOS DE SANTE FE,
ARGENTINA**

**MEMBRO DO COMITÊ EXECUTIVO DA REDE DE
MULHERES PARLAMENTARES DAS AMÉRICAS**

ARGENTINA: A CORTE SUPREMA DE JUSTIÇA SENTENCIOU A FAVOR DOS ABORTOS NÃO PUNÍVEIS

A Corte Suprema de Justiça da Nação Argentina com seu pronunciamento do dia 03 de março de 2012 na sentença “F.A.L s/ Medida Autosatisfativa” criou um antes e um depois na interpretação do Art. 86 Inc. 2 do Código Penal Argentino.

O mesmo reza:

“Art. 86.- Incorrerão nas penas estabelecidas no artigo anterior e sofrerão, ademais, inabilitação especial por duplo tempo que o da condenação, os médicos, cirurgiões, parteiras ou farmacêuticos que abusarem de sua ciência ou arte para causar o aborto ou cooperarem a causa-lo.

O aborto praticado por um médico diplomado com o consentimento da mulher grávida, não é punível:

1º. Se fez-se com o fim de evitar um perigo para a vida ou a saúde da mãe e se este perigo não pode ser evitado por outros meios;

2º. Se a gravidez provem de uma violação ou de um atentado ao pudor cometido sobre uma mulher idiota ou demente. «Neste caso, o consentimento de seu representante legal deverá ser requerido para o aborto.»

Prévio ao pronunciamento judicial da máxima autoridade, dito artigo interpretava-se de uma maneira restrita, isto é, autorizava-se a interrupção de gravidez a mulheres violadas somente se eram descapacitadas mentais.

A respeito a Corte diz: “Efetivamente, reduzir por via de interpretação a autorização da interrupção da gravidez só aos supostos que sejam consequência de uma violação cometida contra uma incapaz mental implicaria estabelecer uma distinção irrazoável de trato a respeito de toda outra vítima de delito análogo que se encontre em igual situação e que, por não responder a nenhum critério válido de diferenciação, não pode ser admitida”.

Nos casos em que a própria lei autorizava ditas interrupções, os médicos por questões morais se negavam a realizar a prática e judicializavam os casos pondo em perigo a vida da mulher ao ter que esperar os tempos da justiça que todos sabemos não são expeditivos.

Também o Corte fundamenta que: “Resultam suficientes para despejar qualquer dúvida que pudessem albergar esses profissionais da saúde a respeito da não punibilidade dos abortos que

se pratiquem sobre quem invocam ser vítimas de violação.

Portanto, a sentença do Corte Suprema de Justiça da Nação Argentina autoriza a que as mulheres violadas, sejam descapacitadas ou não, possam solicitar nos Hospitais Públicos a interrupção de sua gravidez com a sozinha declaração ante os médicos, e sem ser necessária uma denúncia policial nem uma autorização judicial.

Na Argentina os delitos contra a integridade sexual são dependentes de instância privada, isto quer dizer que só a vítima pode os denunciar e não um promotor de oficio representando ao Estado, como sucede em outra classe de delitos, nos que se afeta outros bens jurídicos. Aqui se trata de proteger a integridade da mulher abusada.

A resolução judicial comina às autoridades nacionais e provinciais a aplicar normas de alto nível e "protocolos hospitalares" para atender abortos não puníveis e para a assistência integral de toda vítima de violência sexual ainda naqueles centros de saúde onde tiver profissionais objetores de consciência. Para isso deverá se criar um Registro de Objeção de Consciência, no qual poderá se inscrever o pessoal de saúde que objete uma ou várias práticas.

A interpretação ampla do artigo 86 do Código Penal Argentino é, sem lugar a dúvidas, um avanço importante no acesso à saúde sexual e reprodutiva das mulheres na Argentina.



MARIE BOUILLÉ

DEPUTADA DA ASSEMBLEIA NACIONAL DO QUÉBEC

REPRESENTANTE DA SECRETARIA DA REDE DE MULHERES PARLAMENTARES DAS AMÉRICAS

FOMENTAR O EMPODEIRAMENTO ECONÔMICO DAS MULHERES EM QUEBEC

As mulheres de Quebec têm conseguido significativos avanços econômicos nas últimas décadas. Mas, enquanto sua participação na força trabalhista tem aumentado¹, e em muitos casos um maior nível de educação tem melhorado suas oportunidades de carreira, ainda não têm podido conseguir a igualdade econômica com os homens². Elas ocupam empregos precários ou remunerados ao salário mínimo ainda em uma proporção maior que os homens e seu salário anual continua sendo por meio-termo inferior ao dos homens, independentemente do grupo de idade ou do nível de educação³.

Dado que a subavaliação dos empregos tradicionalmente ocupados por mulheres é inerente ao mercado de trabalho em si, se converteu em uma necessidade estabelecer medidas para remediar esta tendência. O propósito da Lei de Equidade Salarial, aprovada por unanimidade em 1996, era "corrigir as diferenças na remuneração, devido à discriminação sistêmica de gênero que sofrem as pessoas que ocupam postos profissionais predominantemente femininos⁴".

¹ Em 2010, as mulheres representavam 47,8% da força de trabalho de Québec, sua taxa de participação foi de 61%, frente a 69,8% para os homens, uma diferença de 8,8% (Instituto de estatísticas de Québec, 2011).

² Em 2010, as mulheres representavam 62 % das pessoas remuneradas ao salário mínimo (ISQ, 2011). *Pay Equity Act*, R.S.Q., capítulo E-12.001, seção 1.

³ Em 2008, as rendas anuais de mulheres trabalhadoras eram 28 200 dólares comparado com 38.600 \$ para os homens, o que representa 73% dos ganhos masculinos (ISQ, 2010).

⁴ *Pay Equity Act*, R.S.Q., capítulo E-12.001, seção 1.

Como resultado desta legislação, a brecha salarial de gênero se reduziu de 16,51% em 2000 a 11,93% em 2010. Modificações posteriores têm incrementado as multas impostas a empresas que não cumprem mencionada legislação, têm introduzido a noção de compensação a mulheres e, desde março de 2011, obrigam às empresas a apresentar um relatório anual de aplicação da equidade salarial.

O aumento da representação das mulheres em posições de poder é um fator chave para que as necessidades das mulheres se transladem a um primeiro plano e fomentem sua autonomia econômica. Em Quebec e no mundo, as mulheres continuam sendo, em geral, pouco representadas nos postos de tomada de decisões, seja ao nível político, econômico ou social. Trinta e cinco mulheres ocupam atualmente uma cadeira na Assembleia Nacional de Québec, o que representa 28,6% do total de 125 postos. Mas deve-se ter em conta que as mulheres parlamentares ocupam os cargos de Primeira Ministra e de Primeira Vice-presidente da Assembleia Nacional. Assim mesmo, desde 2007 a 2011, o Conselho de Ministros do governo estava composto pelo mesmo número de homens e mulheres.

Enquanto as mulheres seguem estando com menor representação nos conselhos de administração, Quebec tem progredido notavelmente nos últimos anos com a inauguração, em abril de 2006, de uma declaração de política intitulada Modernizando

a governança de empresas públicas. Um de seus objetivos era que, para 2011, os conselhos de administração das empresas públicas da Província de Québec sejam compostos por um número igual de homens e mulheres. Esta medida, que agora se inclui na Lei sobre a governança das empresas públicas, causou que a proporção de mulheres nos conselhos deste tipo aumentou de 27,5% em abril de 2006 a 48,3% em março de 2011, representando um aumento de mais de 75%.

A política intitulada Convertendo a Equidade de Lei em Equidade de fato, que cobre nos anos 2006 a 2015, e seu Plano de Ação 2007-2010, introduziram medidas destinadas a incrementar o número de mulheres em posições de poder. Exemplos destas medidas incluem a continuação do Programa Acesso Igualitário à Tomada de Decisões, que outorga assistência financeira a projetos destinados ao incremento da participação de mulheres em órgãos de tomada de decisão a nível local e regional, e a criação do Centro de desenvolvimento *Femmes et gouvernance*⁵, que treina e apoia a mulheres interessadas em assumir papéis de tomada de decisões ou em seguir uma carreira política. O plano de ação previa também medidas de apoio às mulheres empresárias, como a criação de FEMMESSOR⁶, uma rede de organismos regionais que apoia as Quebequenses e facilita o financiamento de seus projetos de empresas em onze regiões da Província de Québec.

⁵ Centro de desenvolvimento *Femmes et gouvernance*, www.cdfg.enap.ca/ (Consultado em 19 de junho de 2012).

⁶ Réseau Femmessor, <http://www.femmessor.com/> (Consultado em 19 de junho de 2012).

Québec tem conseguido alentadores progressos em seus esforços para empoderar economicamente às mulheres. A aplicação do novo Plano Governamental de Ação para a Equidade de Gênero 2011-2015, permitirá seguir avançando para a igualdade econômica de gênero, em particular motivando uma maior diversidade de opções educativas para as mulheres, favorecendo sua perseverança escolar, ajudando às mães adolescentes, apoiando às mulheres empresárias, e facilitando o equilíbrio entre o trabalho e a vida familiar. No entanto, a batalha está longe de ser ganha e se deve continuar lutando através da integração e permanência das mulheres nas forças trabalhistas, a redução das brechas salariais contínuas e a melhora da segurança econômica das mulheres durante sua vida.

Texto original em francês

⁷ Ministério da Cultura, das Comunicações e da Condição feminina, *Plano de ação para a igualdade entre homens e mulheres 2011-2015*, <http://www.scf.gouv.qc.ca/index.php?id=25> (Consultado em 21 de junho de 2012).

Secretaria da Rede de Mulheres Parlamentares das Américas
Confederação Parlamentar das Américas
Assemblée nationale du Québec
1020, rue des Parlementaires, 6e étage
Québec (Québec) G1A 1A3 CANADA
Tél. : 418 644-2888
Fax : 418 643-1865
feminamericas@assnat.qc.ca

